

HABEAS CORPUS Nº 493.022 - SP (2019/0040155-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : CHRISTOPHER ABREU RAVAGNANI E OUTRO
ADVOGADOS : BRUNO HUMBERTO NEVES - SP299571
CHRISTOPHER ABREU RAVAGNANI - SP0299585
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : HELIO NOSE (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de HELIO NOSE contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no HC n.º 2264460-51.2018.8.26.0000.

Consta dos autos que o Paciente, apontado com chefe de organização criminosa, lavagem de dinheiro e corrupção, além da contravenção penal do jogo do bicho, foi denunciado como incurso no art. 2º, *caput*, c.c § 3º, do mesmo artigo, e § 4º, inciso II, do mesmo artigo, todos da Lei n.º 12.850/2013 (Fato 1); art. 58, *caput*, por diversas vezes, do Decreto-Lei n.º 6.259/44 (Fato 2); art. 1º, *caput*, c.c § 4º, do mesmo artigo, por diversas vezes (ao menos 12), da Lei n.º 9.613/1998 (Fato 3); art. 1º, *caput*, c.c § 4º, do mesmo artigo, da Lei n.º 9.613/1998 (Fato 4) e art. 333, parágrafo único, por diversas vezes (ao menos 07), do Código Penal (Fato 05).

Quando do recebimento da denúncia, em 08/11/2018, o Juízo da 2.ª Vara da Comarca de Ituverava/RJ decretou a prisão preventiva do Paciente e de outros denunciados.

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de origem, que denegou a ordem (fls. 198-203).

No presente *writ* substitutivo de recurso ordinário, o Impetrante alega, em suma, que o decreto de prisão preventiva não possui fundamentação idônea porque está lastreado apenas na gravidade em abstrato dos delitos.

Requer, assim, em liminar e mérito, a revogação da custódia preventiva, com ou sem imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório. Decido.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da

plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia isenta de dúvidas.

Segundo extrai-se dos autos, após a consecução das medidas investigatórias deferidas nos autos da investigação, descobriu-se a existência de organização criminosa com o objetivo de promover lavagem de capitais oriundos do jogo do bicho, inclusive através do pagamento de vantagens indevidas a Policiais Civis a título de recompensa por contribuírem para a preservação do esquema criminoso, que possui ramificação em outros municípios da região, bem como no Estado de Goiás.

O Paciente é acusado de chefiar núcleo gerencial da organização criminosa, com auxílio de sua filha e do seu genro, praticando a administração do jogo do bicho e das finanças da organização espúria, por meio de uma empresa de transporte reputada de "fachada" com o fito de imprimir licitude aos valores obtidos com a contravenção penal.

O Juízo de primeiro grau, ao receber a denúncia, decretou a prisão preventiva do Paciente e dos demais acusados, nos seguintes termos (fls. 207-215):

"In casu, perlustrando os elementos de convicção que lastrearam a tese de inculpação, conclui-se nesta fase de cognição sumária, com relativa facilidade, pela presença de inúmeros elementos indiciários do envolvimento dos acusados com as verossímeis infrações penais capituladas na peça incoativa, no âmbito daquilo que poderá revelar-se uma organização criminosa.

Digo isso porque não é a primeira vez que este juízo é concitado a se pronunciar acerca do encarceramento cautelar dos réus pela prática, em tese, das infrações penais capituladas na inicial acusatória, tendo-o feito por ocasião do deferimento do pedido de decretação da prisão temporária dos increpados, formulado nos autos tombados sob o número 1002766-91.2018.8.26.0288, cuja ratio decidendi tem o condão de sinalizar a contento a presença das condições fundamentais para que se possa lançar mão da decretação da segregação preventiva (prova da materialidade delitiva e a existência de indícios de autoria), a saber:

[...]

Quanto aos demais requisitos fáticos da segregação cautelar, mais especificamente o chamado periculum in libertatis, que tem por fundamento a garantia da ordem pública ou da ordem econômica, ou a necessidade de assegurar a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, impõe-se salientar, com tintas fortes, que sua caracterização decorre não apenas das especificidades do caso concreto, mas também da indisputável consideração conglobante do cenário jurídico-penal trazido a lume.

Referentemente àquele primeiro pressuposto (garantia da ordem

pública), é bem de ver que a substancial fonte de convencimento que servira de lastro para a formação da opinio delicti assumira potencialidade idônea a autorizar a ilação de que a agremiação criminosa imputada aos réus se destacara pela qualificação de seus integrantes, bem como pelo modus operandi extremamente minucioso a revelar, em tese, a periculosidade social dos acusados, mormente se observada a natureza contínua do comportamento sintomaticamente ilícito que, de resto, acabou por conspurcar, em tese, as forças do Estado diante da verossímil afirmação de que o sucesso do plano aparentemente delitivo envolvera inclusive o pagamento de propina aos policiais civis nominados na inicial acusatória.

A propósito, as declarações prestadas pelo réu Gustavo Henrique Avelar Coelho logo após o cumprimento do mandado de prisão temporária amiúde referido está a revelar, a princípio, o acentuado grau de envolvimento dos policiais civis com o esquema indiciariamente criminoso, mormente à luz da informação de que tais agentes públicos passaram a exigir o pagamento mensal da importância de R\$ 1.000,00 a título de condição para a exploração - irrepreensível - da prática contraventora discriminada na denúncia (fls. 180/181).

Vale dizer, a dinâmica do comportamento delitivo, aliado ao seu caráter aparentemente duradouro, está a indiciar a profissionalização criminosa e, por conseguinte, o enquadramento deste contexto fático ao conceito de garantia da ordem pública sob o enfoque estrito, a exigir, pois, a vivificação da prisão provisória com vistas a salvaguardar a existência do Direito Penal e, mais que isso, do próprio Estado de Direito.

[...]

Nem se argumente que o fundado temor de risco à garantia da ordem pública se encontra fundado em considerações eminentemente abstratas ou presuntivas, isso porque pairam sobre os acusados registros de comportamentos desviantes de natureza relativamente grave, a caracterizar a chamada reiteração criminosa passível de proscrição através da medida excepcional de cerceamento da liberdade ambulatorial, notadamente à luz da existência de fundada razão para se acreditar que os réus adotaram o submundo do crime como estilo de vida.

[...]

Nesse contexto, nunca é demais lembrar que a onda de criminalidade sofisticada que assola o país na última década acabou por exigir a releitura dos rumos do Direito Penal e Processual Penal, a exigir a proporcionalização dos bens protegidos à noção de danosidade social dantes referida por este magistrado.

Lado outro, pouco importa a circunstância de os delitos capitulados na peça incoativa não terem sido praticados mediante violência e de não constarem do rol dos chamados crimes hediondos, isso porque a corrupção degrada os costumes, a cultura da virtude numa sociedade, anula os pilares, os princípios que mantêm a sociedade elevada e digna de seu próprio orgulho.

Nesta senda, a única atitude que poderá evitar o agravamento dos nefastos danos causados à coletividade será a atitude da precaução. Assim, não só os danos constatáveis (prevenção), mas também os ainda potenciais (precaução) são enfrentados pela nova postura que o Direito deve adotar.

[...]

Aliás, razoável ponderar que o critério da precaução supracitado se encontra umbilicalmente ligado à louvável preocupação ministerial com a proficuidade da instrução criminal, isso porque há nos autos substancial fonte de convencimento da natureza estrutural e organizacional do grupo cujos integrantes, se soltos, decerto não hesitarão em tumultuar a colheita de provas na fase judicializada, máxime diante da notícia de que três agentes públicos que deveriam combater o crime, em verdade, foram corrompidos (e deixaram-se corromper), permitindo o vazamento de informações de ações policiais que poderiam dar cabo à prática delitiva da organização, a caracterizar o caráter destemido do bando sintomaticamente criminoso.

Por fim, quer me parecer que a custódia provisória dos acusados também é justificável pelo palpável risco de frustração da finalidade útil do processo penal que, nos dizeres de Guilherme de Souza Nucci, 'é proporcionar ao Estado o exercício do seu direito de punir, aplicando a sanção devida a quem é considerado autor da infração penal' (Código Penal Comentado. 10ª edição. São Paulo: RT, 2011, p. 662).

Digo isso porque a proporção - relativamente pomposa - do esquema alegadamente criminoso desencadeara, por consequência lógica, o exercício do direito de punir numa escala correspondente à dimensão dos atos considerados criminosos, não me parecendo temerário concluir que a mera probabilidade de êxito da pretensa responsabilização penal dos envolvidos, por si só, se afigura o bastante para incutir no espírito dos increpados o fundado receio de terem que se submeter ao suplício corporal de longa duração.

À luz disso, fuge à razoabilidade exigir-se prova concreta do intuito dos acusados de se furtarem à aplicação da lei penal, sendo certo que o fundado receio de fuga decorre nada mais nada menos do fio condutor do instinto humano de autopreservação."

Por sua vez, o Tribunal *a quo*, ao denegar writ originário, consignou o que (fls. 202-203):

"A persecução penal é válida, calcada em elementos informadores sobre a materialidade e indícios de autoria, cujos desdobramentos terão lugar na fase de cognição própria, porquanto de inviável apreciação pela via estreita do mandamus.

Cabe ressaltar que a primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa não desautorizam a custódia, cuja motivação funda-se nas infrações em análise, em seu contexto atual, não na condição pretérita do agente. Os objetivos da custódia não são

afastados por tais predicados, atendendo a segregação ao imperativo de garantia da ordem pública, em cujo conceito não se visa apenas a prevenir a reprodução de fatos criminosos, mas acautelar o meio social e a própria credibilidade da Justiça, a considerar, ainda, que a organização criminosa para a prática do 'jogo do bicho' e o branqueamento de capitais em muito contribuem para que outros crimes, em sua maioria, violentos, sejam praticados.

Ademais, as imputações feitas ao paciente indicam, preservado o princípio constitucional da não culpabilidade, que está envolvido em fatos graves, que trazem presumida a periculosidade social, exigindo postura enérgica do Poder Público no seu enfrentamento.

A garantia da ordem pública deve ter por norte, também, a gravidade da infração e sua repercussão social. No presente caso, os reflexos negativos propiciam àqueles que tomam conhecimento um forte sentimento de impunidade e de insegurança. Além disso, as infrações, ao que consta, remontam a longo período pretérito, com extensão geográfica em várias cidades da região e com envolvimento de agentes públicos, em complexa organização, fazendo-se necessária a prisão, a fim de garantir-se a ordem pública, a instrução processual e a credibilidade da Justiça.

Diante da necessidade da custódia, as medidas cautelares subjetivas revelam-se inadequadas e insuficientes para garantir-se a ordem pública e a aplicação da lei penal.

Do mesmo modo, razão não assiste aos impetrantes quando alegam insuficiência de fundamentação da decisão tida como geradora de constrangimento ilegal. Houve justificação adequada e suficiente à manutenção da segregação, nos termos do disposto no artigo 312 do Código de Processo Penal."

Verifica-se, assim, que a prisão preventiva foi decretada para a garantia da ordem pública, a instrução criminal e da aplicação da lei penal, diante da gravidade concreta do delito e da real possibilidade de reiteração criminosa e de interferência na apuração dos fatos, uma vez que o Paciente integra organização criminosa responsável pela prática de crimes em larga escala, com auxílio de integrantes da Polícia Civil corrompidos. Tal fundamentação, em juízo de cognição sumária, é apta a justificar a imposição da medida extrema.

A propósito, o Supremo Tribunal Federal já externou ser "*idôneo o decreto de prisão preventiva quando assentado na garantia da ordem pública, ante a periculosidade do agente, evidenciada não só pela gravidade in concreto do delito, em razão de seu modus operandi, mas também pelo risco real da reiteração delitiva*" (STF, HC 128.779, Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 20/09/2016,

publicado em 05/10/2016.)

A jurisprudência deste egrégio Tribunal é no sentido de que:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. OPERAÇÃO 'ARCA DE NOÉ'. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA ARMADA. LAVAGEM DE DINHEIRO. CRIME CONTRA A ECONOMIA POPULAR. JOGO DO BICHO. MÁQUINAS CAÇA NÍQUEIS. PRISÃO PREVENTIVA. RECORRENTE QUE ATUAVA COMO BRAÇO ARMADO DA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. REGISTROS CRIMINAIS DIVERSOS. NECESSIDADE DE INTERROMPER AS ATIVIDADES DO GRUPO. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. DESPROPORÇÃO QUANTO A EVENTUAL PENA A SER APLICADA. INVIABILIDADE DE COMPROVAÇÃO. ALEGAÇÃO DE INOCÊNCIA. INCOMPATIBILIDADE COM A VIA ELEITA. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. NÃO EXAURIMENTO DOS MEIOS DE PROVA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO. MATÉRIA PROBATÓRIA. DIVULGAÇÃO DAS INTERCEPTAÇÕES. VIOLAÇÃO AO DIREITO DE PRIVACIDADE. OBJETO NÃO TUTELADO PELA VIA DO RECURSO EM HABEAS CORPUS. RECURSO DESPROVIDO.

1. Mostra-se suficientemente fundamentada a prisão preventiva decretada com base na periculosidade do recorrente, apontado como braço armado da quadrilha, sendo responsável pela segurança de membros da alta cúpula do bando, por efetuar cobrança de dívidas mediante intimidações e ameaçadas, bem como por providenciar armas de grosso calibre por meio de contrabando.

2. A necessidade da prisão fica reforçada pelo fato de que o recorrente, ainda que primário, ostenta inúmeros registros em sua ficha criminal, denotando a real possibilidade de reiteração acaso mantido em liberdade.

3. O entendimento desta Corte é pacífico no sentido de que se justifica a decretação da prisão preventiva dos membros de estrutura organizacional criminosa como forma de interromper suas atividades.

4. As circunstâncias que envolvem o fato demonstram que outras medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal não surtiriam o efeito almejado para a proteção da ordem pública 5. Não prospera a assertiva de que a custódia cautelar é desproporcional à futura pena do paciente, pois só a conclusão da instrução criminal será capaz de revelar qual será a pena adequada e o regime ideal para o seu cumprimento, sendo inviável essa discussão nesta ação de Habeas Corpus (HC n. 187.669/BA, Relator Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Quinta Turma, julgado em 24/5/2011, DJe 27/6/2011).

6. A finalidade específica do cárcere cautelar é a de possibilitar o desenvolvimento válido e regular do processo penal e, no caso, obstar a real possibilidade de reiteração da prática delitiva, de modo que, presentes os requisitos autorizadores legalmente previstos, a segregação não configura antecipação da pena.

7. A tese de que o paciente não praticou os delitos imputados,

que não faria parte da organização criminosa e que apenas cumpria ordens de seu chefe, sendo, portanto, mero subordinado, por consistir em alegação de inocência, não encontra espaço de análise na estreita via do habeas corpus ou do recurso ordinário, por demandar exame do contexto fático-probatório.

8. *A defesa não logrou demonstrar de forma inequívoca a existência de outros meios para a produção das provas obtidas por meio das interceptações telefônicas, limitando-se a citar, a título de exemplo, a possibilidade de realização de busca e apreensão.*

9. *A análise a respeito da viabilidade da produção das provas por outros modos, diversos das interceptações telefônicas, demanda profunda imersão no contexto probatório, providência que não se compatibiliza com o rito adotado no recurso em habeas corpus.*

10. *Eventuais violações do direito de privacidade, desmoralização social e prejulgamento da comunidade não podem ser tuteladas pela via do writ, remédio constitucional que tem por finalidade específica o resguardo do direito de locomoção contra ilegalidade ou abuso de poder, nos termos do art. 5º, inciso LXVIII da Constituição Federal.*

11. *Recurso desprovido."* (RHC 68.782/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 02/06/2016, DJe 08/06/2016.)

"PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. EXPLORAÇÃO DO 'JOGO DO BICHO', QUADRILHA ARMADA, CORRUPÇÃO, LAVAGEM DE DINHEIRO. PRISÃO PREVENTIVA. REITERAÇÃO DELITIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

- *O Superior Tribunal de Justiça - STJ, seguindo entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal - STF, passou a não admitir o conhecimento de habeas corpus substitutivo de recurso previsto para a espécie. No entanto, deve-se analisar o pedido formulado na inicial, tendo em vista a possibilidade de se conceder a ordem de ofício, em razão da existência de eventual coação ilegal.*

- *A custódia cautelar possui natureza excepcional, somente sendo possível sua imposição ou manutenção quando demonstrado, em decisão devidamente motivada, o preenchimento dos pressupostos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP.*

- *Na hipótese, conforme consta dos autos, a prisão preventiva foi decretada com base em fundamentos concretos que evidenciam a necessidade da custódia para garantia da ordem pública, a continuidade das práticas ilícitas por parte do paciente, que aparentemente deu continuidade não apenas à exploração do jogo do bicho, como quer fazer crer a defesa, mas também à quadrilha armada e corrupção ativa.*

- *Ademais, cumpre salientar ainda que, nas informações prestadas, o Magistrado de primeiro grau esclarece que as investigações realizadas revelaram a existência de extensa e articulada organização*

criminosa, com grande poder econômico, voltada para a exploração do jogo do bicho, de crimes contra a ordem tributária, de corrupção ativa e lavagem de dinheiro, tendo seu comando imediato nas mãos do paciente, chefe e articulador de todo o esquema criminoso, que foi inaugurado pelo seu falecido pai. Salienta, ainda, que a segurança de todo o esquema é feito por pessoas armadas, bem como pelo pagamento de propina a policiais civis visando à omissão na repressão às atividades e à prevenção de eventuais intervenções estatais - A existência de condições pessoais favoráveis do paciente, como primariedade e emprego lícito, não garantem, por si só, a revogação de sua prisão cautelar, quando há nos autos elementos suficientes para justificar a segregação preventiva.

Habeas Corpus não conhecido." (HC 305.774/SP, Rel. Ministro ERICSON MARANHÃO, Desembargador convocado do TJ/SP, SEXTA TURMA, julgado em 10/03/2015, DJe 20/03/2015.)

No mais, demonstrada pelas instâncias ordinárias, com expressa menção à situação concreta, a presença dos pressupostos da prisão preventiva, não se mostra suficiente a aplicação de quaisquer das medidas cautelares alternativas à prisão, elencadas na nova redação do art. 319 do Código de Processo Penal, dada pela Lei n.º 12.403/2011.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações ao Juízo de primeiro grau de jurisdição, mormente sobre a situação prisional do Paciente e o andamento da ação penal.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora